



Número: **0800724-97.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **14/01/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4062280	14/01/2019 23:22	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
4062282	14/01/2019 23:22	<a href="#">02-Procuração e Documentos Pessoais</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4062283	14/01/2019 23:22	<a href="#">03-Decl. Hipossuficiência e Extratos Bancarios</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4062284	14/01/2019 23:22	<a href="#">04-Oficio 187-CGJ-JUSTIÇA GRATUITA-LEI 1.060 de 1950</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4062285	14/01/2019 23:22	<a href="#">05-Boletim de Ocorrência, SAMU e Documentos do Veiculo</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4062286	14/01/2019 23:22	<a href="#">06-Prontuario Médico Hospitalar</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
4062287	14/01/2019 23:22	<a href="#">07-Informações do Sinistro nº 3180-285438</a>	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO

## PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO



**Procedômio Advocacia e Consultoria Jurídica**  
Dr. José Francisco Procedômio da Silva  
OAB/PI Nº 12.813

**PROCURAÇÃO AD JUDITIA**

<b>OUTORGANTE:</b> <u>Francisca Jandome da Costa Rios</u>		
<b>Nacionalidade:</b> Brasileira	<b>Estado Civil:</b> <u>Solteira</u>	<b>Profissão:</b> <u>Promotora de Vendas</u>
<b>RG nº:</b> <u>5044620</u>	<b>CPF/MF nº:</b> <u>036.493.873-01</u>	
<b>Endereço:</b> <u>Rua Vidua, n: 5898, bairro: São Francisco, Teresina - PI, Cp: 64000-000.</u>		

<b>OUTORGADO:</b> JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA E MARIA DO CARMO PROCEDOMIO DA SILVA		
<b>Nacionalidade:</b> Brasileira (o) <b>Estado Civil:</b> Solteiro (a)		
<b>RG nº:</b> 2.684.877 - SSP/PI	<b>RG nº:</b> 1.457.994-SSP/PI	
<b>CPF/MF nº:</b> 023.365.163-22	<b>CPF/MF nº:</b>	<b>703.754.703-44</b>
<b>Profissão:</b> Advogado/ Bacharel em Direito <b>OAB/PI Nº</b> 12.813.		
<b>Endereço Profissional:</b> Rua Henrique Dias - 790, Vermelha, Teresina - PI (CEP: 64019-330).		

**PODERES:** Pelo presente instrumento particular de procuração, com fulcro no Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição, previsto no art. 5º, XXXV, da constituição federal, e nos moldes do art. 595 do CC, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado acima qualificado, então Outorgado, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, conforme o art. 5º da lei nº 8.906/94 e art. 105 do NCPC, podendo agir junto às repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como os especiais para confessar, transigir, desistir, receber e dar quitação, firmar compromissos, prestar declaração de pobreza na forma do artigo primeiro da Lei nº 7.115/83, REQUERER DECLARAÇÕES EM ÓRGÃOS PÚBLICOS e substabelecer está em quem lhe convier, com ou sem reservas com o fim específico de propor Ação de Cobrança de Diferença de Seguro DPVAT Advindos por Acidente de Trânsito

Teresina - PI, 25 de Setembro de 2018.

Francisca Jandome da Costa Rios

-Outorgante-

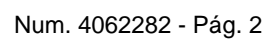
Rua Henrique Dias, Nº 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)  
Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512



SABEMI SEGURODORA S/A

20 JUN 2018

RECEBIDO





15/06/2018

Via de Pagamento para o mes/ano: 05/2018 referente a UC: 3278182



**ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI**

AV. MARANHÃO, 759/SUL - TERESINA

CNPJ: 06.840.748/0001-89

IE: 19301383-5

**VIA PARA PAGAMENTO DE CONTA DE ENERGIA**

Emitida Conforme Art. 123, Resolução 414/2010 da ANEEL

NF: 5830431

**EDILEUSA CHAVES COSTA RIOS**

R. VIDEIRA, 5898 , 5898

SAO FRANCISCO

64000000 TERESINA

PI

CÓDIGO ÚNICO <b>3278182</b>	MÊS <b>05/2018</b>	PERÍODO DE CONSUMO <b>17/04/2018 a 16/05/2018</b>
CONSUMO (kWh) <b>270</b>	VENCIMENTO <b>23/05/2018</b>	TOTAL A PAGAR <b>R\$ 248,37</b>

**OBSERVAÇÕES**

- A taxa referente a emissão de segunda via de pagamento não será cobrada
- Ligue EDPI: 0800 086 0800

autenticação mecânica

recorte aqui



**ELETOBRAS DISTRIBUIÇÃO PIAUI**

AV. MARANHÃO, 759/SUL - TERESINA

CNPJ: 06.840.748/0001-89

IE: 19301383-5

CÓDIGO ÚNICO <b>3278182</b>	MÊS <b>05/2018</b>	TOTAL A PAGAR <b>R\$ 248,37</b>
--------------------------------	-----------------------	------------------------------------

836000000023.483700170002.000000003277.818205180057



1991

$\frac{\partial}{\partial t} \left( \frac{1}{r^2} \frac{\partial}{\partial r} (r^2 \frac{\partial T}{\partial r}) \right) = \alpha \nabla^2 T$

[illegible]

## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

<i>Francisco Sordyane da Costa Rios</i>	
Brasileiro (a) <i>Solteiro</i>	Promotor de Voto
RG nº: <i>5044620</i>	CPF/MF nº: <i>036.493.873-01</i>
Endereço: <i>Rua Vitória, n: 5898, Bairro: São Francisco, Teresina - PI, Cep: 64000-000</i>	
<p><b>DECLARA</b> para os fins de obtenção de <b>ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA</b> que é reconhecidamente pobre no sentido legal, não tendo recursos que lhe permitam custear as despesas referentes a um processo judicial de <b>AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO</b>, sem o prejuízo de seu próprio sustento, vez que recebe mensalmente a quantia de R\$: <i>954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais)</i> e que está necessitando com urgência do fim de ver seu direito líquido e certo amparado pela Justiça, tudo nos termos da Lei 7.115/83, com a redação que lhe deu a Lei 7.510/86 e 1060/50, ofício circular 187/2013, art. 98, do CPC/15 e art. 5º, LXXIV, da CF/88, juntando para tanto os documentos probatórios necessários anexadas a esta presente declaração.</p>	

Teresina-PI, 25 de Setembro de 2018.

*Francisco Sordyane da Costa Rios*  
(CPF 036.493.873-01)





AUTO-ATENDIMENTO - AG. CONSELHEIRO SARAIVA  
DATA: 12/07/2018 HORA: 13:57:17  
TERMINAL: 00291016 CONTROLE: 002910160556

AGÊNCIA: 0855 - JOQUEI CLUBE  
CONTA: 013.00107960-4  
CLIENTE: FRANCISCA JARDYANE DA COSTA RIOS

### EXTRATO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA

SALDOS POR DATA LIMITE

DEPÓSITOS REALIZADOS A PARTIR DE 04/05/2012

DATA	VALOR
27/06	1,26
11/07	1.687,50

### MOVIMENTAÇÃO

DATA	NR.DOC	HISTÓRICO	VALOR
------	--------	-----------	-------

SALDO ANTERIOR 75,99C

Junho

11/06	111306	COMPRA ELO	13,00D
11/06	111317	COMPRA ELO	40,00D
12/06	121403	COMPRA ELO	13,00D
18/06	161050	DP DIN LOT	50,00C
18/06	181208	COMPRA ELO	9,00D
21/06	000000	REM BASICA	0,00C
21/06	211725	COMPRA ELO	7,75D
22/06	221521	COMPRA ELO	7,54D
22/06	222132	COMPRA ELO	17,00D
22/06	222141	COMPRA ELO	10,00D
25/06	231718	COMPRA ELO	2,40D
25/06	231721	COMPRA ELO	2,40D
27/06	000000	REM BASICA	0,00C
27/06	000000	CRED JUROS	0,01C

Julho

01/07	000000	REM BASICA	0,00C
02/07	300901	DP DIN LOT	50,00C
02/07	301149	SAQUE B24H	40,00D
02/07	011059	COMPRA ELO	3,80D
03/07	031031	DP DIN LOT	100,00C
03/07	031722	SAQUE B24H	60,00D
03/07	031411	COMPRA ELO	11,00D
03/07	031649	COMPRA ELO	22,00D
03/07	031734	COMPRA ELO	2,25D
06/07	061042	COMPRA ELO	3,60D
09/07	082015	COMPRA ELO	10,00D
11/07	000001	CRED TED	1.687,50C
12/07	101100	SAQUE ATM	336,00D
12/07	101109	SAQUE ATM	1.000,00D

RESUMO EM 11/07

SALDO 352,76C

DESLIMITE DO DATA





ESTADO DO PIAUÍ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

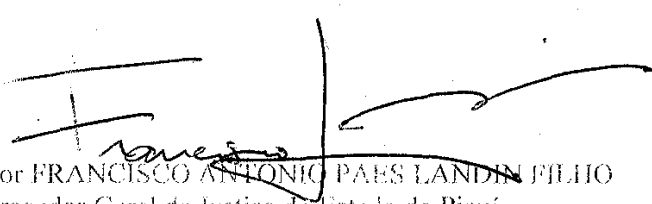
**Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.**

Senhores(as) Juízes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,

  
Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO  
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA  
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58  
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.  
Assunto...: ENCAMINHAMENTO  
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENHAÇÃO/CNJ.  
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA  
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

*De ordem,*  
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e  
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor  
**Francisco Antônio Paes Landim Filho**  
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico  
CEP 64000-830  
Teresina-PI

*Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro*  
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



**Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.**

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí  
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público<sup>1</sup> e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

*Data vênia*, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

**EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.**  
**1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da**

<sup>1</sup> A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800





**Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.**

**2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.**

**3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)**

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

**Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda**  
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n  
Cep 64000-750 Teresina-Piauí  
Fones: (86) 2107 5800





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA**



**PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**CLASSE:** Pedido de Providências

**REQUERENTE:** EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,  
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

**RÉU:**

**CERTIDÃO**

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

**MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE**  
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

**CONCLUSÃO**

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

**ANTÔNIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO**  
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139**

**REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA**

**REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ**

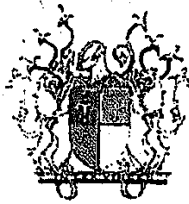
**PARECER**

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.**

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

*In casu*, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E  
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

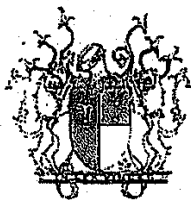
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

**- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

**“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO**

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

**"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA**

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

(...)

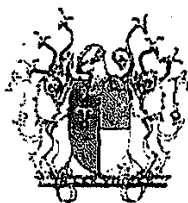
§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

*verbis*:

**PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.**

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.**

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

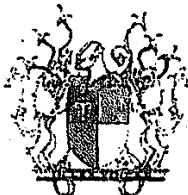
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar  
concorrentemente sobre:  
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

**BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS**  
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o subscrito  
Parece, de Conselho  
Tribunal de Contas  
jul de 2013, para  
atendimento - que se  
intenciona, para  
o fim de  
Tr





Governo do Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública  
Delegacia Geral de Polícia Civil  
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.001975/2018-50

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO pelo Registro: Almirallice Ribeiro Lebre Carlos

Data/Hora: 14/06/2018 - 11:08

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA DA QUADRA 01, Nº:

Complemento

Data/Hora

21/02/2018 - 16:30

Bairro

MOCAMBINHO

Ponto de Referência

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Tipo Envolv.: VÍTIMA/Noticiante

RG: 5044620

Mãe: EDILEUSA CHAVES COSTA RIOS

Endereço: RUA VIDEIRA, Nº 5898

Bairro: VILA SÃO FRANCISCO NORTE

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-9484-9323

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA A VITIMA QUE CONDUZIA A MOTO HONDA/POP 100, ANO 2012, PLACA ODX-6363, PROPRIETÁRIA/ CONDUTOR ACIMA QUALIFICADA, RELATA A VITIMA QUE TRAFEGAVA NA CITADA RUA, QUANDO CAIU EM UM BURACO, ONDE PERDEU O CONTROLE DE SUA MOTO E CAIU, LESIONADA FOI SOCORRIDA PELO SAMU E ENCAMINHADA PARA O HOSPITAL DO PRONTOMED ADULTO, PRONTUÁRIO 429.598. ERA O QUE TINHA A NOTICIAR.

Almirallice Ribeiro Lebre Carlos - Mat. 0097616

AGENTE DE POLÍCIA

Almirallice R. Lebre Ca.

Escrivã Especial

Mat.: 009761-6

*Francisca jardyany da costa Rios*

FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS - Noticiante

Responsável pela Informação

Delegado de Polícia





Estado do Piauí  
Prefeitura Municipal de Teresina

**REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR**  
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU



SAMU  
192

Dados do Chamado	01 Nº do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro			
	12 Município-UF	Código IBGE			
Dados do Paciente	13 Ponto de referência	14 Nome			
	15 Sexo	16 Idade			
Tipo de Ocorrência	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica	18 Tipo de ocorrência			
	19 Vítima	20 Meio de locomoção			
Acidente de Transporte	21 Outra parte envolvida	22 Equipamentos de segurança			
	23 Glasgow =	24 Sinais Vitais			
Exame Físico	25 Local da lesão	26 Pupilas			
	27 Pulso	28 Sangramento			
Assistência	29 Dor	30 Fratura			
	31 Procedimentos realizados	32 Hospital de Destino			
Hospital de Destino	33 Condições de entrada	34 Óbito			
	35 Observações Interdisciplinares				

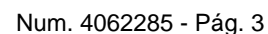
**Observações Interdisciplinares:**  
Vítima de queda de motocicleta, apresentando fratura de clavícula direita e subluxação em ombro "D". Sem trauma na região da coluna e cabeça. Já realizou atendimento e foi encaminhado para o hospital de destino. Realizado imobilização do membro afetado. Negativa HAS e diabetes mellitus.

**Socorristas:**  
Médico: Almir 663984  
Enfermeiro: Roberto Nery  
Condutor: Roberto Nery

Versão: 27.11.2011

[illegible]

20 JUN 2018







**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1400451

Paciente:	FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS	Atendimento:	1.400.451	Prontuario:	429.598
Nascimento:	02/01/1988 30a 1m 20d	Convênio:	MEDPLAN / APARTAMENTO		
Data Entrada:	21/02/2018 18:24:27	Liberacao:	21/02/2018 18:34:04	Prescricao:	1161333
Médico Resp:	Dr. Miguel Angelo Gonçalves Reis Filho (CRM 4369)	Data Presc:	21/02/2018 18:33:00		
Prescritor:	Miguel Angelo Gonçalves Reis Filho	Validade:	21/02/2018 18:33:00 / 22/02/2018 17:59:59		
Guia:	83195408	Sente:	83195408		
Materia Conv:	28290700				

Diretor Técnico Médico:

Data avaliação: 21/02/2018

21/02/2018 18:30 21/02 18:31

**EVOLUÇÃO MEDICO PA**

REFERE QUEDA DE MOTO HA 3 HORAS. VEIO A ESTE SERVIÇO TRAZIDA DE AMBULANCIA, SEM PRENCHA E SEM COLAR CERVICAL.

QUEIXA - SE DE DOR EM OMBRO ESQ.

AO EXAME: DOR E ESCORIAÇÕES EM OMBRO ESQ.

SOL: RX

**Medicamentos:**

1 **Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)**

1 Ampola Agora. IV 18:34

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Administrar 12 Mililitros (Agora. Intravenosa)

Observação:

2 **Tilatil Inj. FA (20 mg)**

1 Frasco-ampola Agora. 18:34

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Administrar 12 Mililitros (Agora. Intravenosa)

Observação:

3 **Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL**

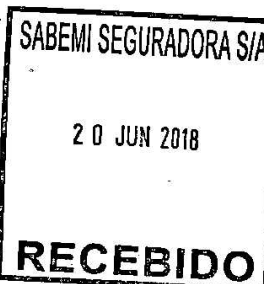
1 Ampola Agora. IV 18:34

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frac (100 ml)

Administrar 100 Mililitros (Agora. Intravenosa)

Observação:

*Miguel*  
Dr. Miguel Angelo G. Reis Filho  
CRM 4369



Impresso em 22/02/2018 10:13:05

Página 1

MIGUEL G / Medico P

Pronto Atendimento - PMA SALA 01 SALA

Paciente: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

leito/quarto:



prontomed

## PRONTOMED ADULTO

## FICHA DE ATENDIMENTO

1400661

Internação:	1400661	Data Internação:	21/02/18 21:07:56	Sala:	Sala de Espera - PMA
Paciente:	FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS	Sexo:		Quarto:	ESPERA 09
Nascimento:	02/01/88 30a 1m 19d	Fone Pac:	998209406	Acomodação:	
Estado Civil:		Matrícula:	2829.0700	Diária:	Apartamento privativo
Convênio:	MEDPLAN	CPF:	036.493.873-01		
R.G/C.N:	504.462.0				
Endereço:	RUA FIDEIRA, 5898 VILA SAO FRANCISCO NORTE TERESINA PI				
Nome da Mãe:	EDILEUSA CHAVES COSTA RIOS	Nome do Pai:	CELSON DA SILVA RIOS		
Procedimento:					
Responsável:				Funcionário:	TALICEF
Endereço:					
Nascimento:	02/01/1988	Doc. Resp:		CPF:	
Fone Resp:		Observações:			
Médico Resp:	Dr. Danilo da Silva Leite (CRM 4827)			Tratamento:	Cirurgica

## TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO DO PACIENTE

Considerando o artigo 59 do Código de Ética Médica e os artigos 6º III e 39 VI da Lei 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), que garante ao paciente informações sobre seu estado de saúde, eu, \_\_\_\_\_, representante legal do (a) paciente \_\_\_\_\_, estando em pleno gozo de minhas faculdades mentais, declaro para os devidos fins que fui previamente informado pelo médico, Dr. (a) \_\_\_\_\_, CRM (\_\_\_\_) nº \_\_\_\_\_, do meu, ou do paciente o qual sou responsável, estado de saúde, diagnóstico e evolução provável da doença.

Declaro, igualmente, ter sido informado de forma clara sobre a finalidade, os benefícios e os riscos do tratamento e procedimentos a que vou me submeter ou a que vai ser submetido o paciente do qual sou responsável, bem como os efeitos colaterais e outras intercorrências e anormalidades que poderão advir do mesmo.

Procedimentos:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

(Exemplos: Procedimentos invasivos e/ou cirurgia; Sedação, anestesia ou acompanhamento do anestesista; Transfusão de sangue e hemocomponentes.)

Declaro, ainda, estar ciente de que o tratamento a ser adotado não implica necessariamente na cura e que a evolução da doença e do tratamento podem obrigar o(a) médico(a) a modificar condutas inicialmente propostas, sendo que, neste caso, fica o(a) mesmo(a) autorizado(a) desde já a tomar providências necessárias para tentar solucionar os problemas surgidos, seguindo seu julgamento, bem como uso de hemoderivados e transporte inter hospitalar se houver necessidade.

Ademais, ainda, informo estar ciente de que o Hospital não responde por qualquer objeto e/ou valores dos pacientes e acompanhantes, tendo em vista que todos os apartamentos possuem sua própria chave, sendo, pois, de sua inteira responsabilidade.

Assim sendo, concordo com o referido tratamento e, para tanto, assino o presente documento na presença de testemunhas. No caso de no futuro tornar-me incapaz de tomar decisões sobre minha saúde, indico como meu representante \_\_\_\_\_, com documento de identidade nº \_\_\_\_\_

Teresina, 21 de fevereiro de 2018.

Edileusa Chaves Costa Rios  
Assinatura do paciente ou responsável legal  
RG nº 938.026

Declaro para os fins que se fizerem necessários que todos os documentos que me foram solicitados no momento da autorização dos procedimentos hospitalares realizados no Hospital me foram prontamente devolvidos.

Edileusa Chaves Costa Rios  
ASS. DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

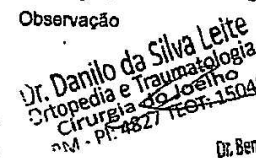
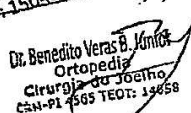


## Descrição Cirurgia

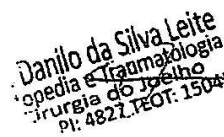
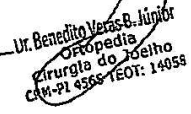
Prontomed

Paciente FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS Prontuário 429.598 Dt. Nascto. 02/01/1988 30 Sexo Feminino Telefone 998209406 Carácter Cir. Eletiva Setor Centro Cirúrgico 01 - PMA Convênio MEDPLAN Observação Proced Princ. 30717132 Pseudartroses E/Ou Osteotomias Da Cintura Escapular - Tratamento Cirúrgico	Cirurgia 27.711 Prescrição 1.163.901 Atendimento 1.400.661 Dt. Início 22/02/2018 16:05 Dt. Término 22/02/2018 17:19 Duração 74 Cirurgião Danilo da Silva Leite Anestesista Anestesia Bloqueio
--	--

Procedimento: 30717132 - Pseudartroses E/Ou Osteotomias Da Cintura Escapular - Tratamento Cirúrgico

Função	Descrição	Código	Participante	CRM	Observação	Quantidade: 1	Assinatura
2	Cirurgião Principal	160230	Danilo da Silva Leite	4827	 Dr. Danilo da Silva Leite Ortopedia e Traumatologia Cirurgia do Joelho CRM - PI 4827 TEOT: 15045	 Dr. Benedito Veras B. Júnior Ortopedia Cirurgia do Joelho CRM - PI 4565 TEOT: 14658	
3	Primeiro Auxiliar	6153	Benedito Veras Batista Júnior	4565			
5	Anestesista	1788	Luiz Mamede Domes de Castro	3183			
6	Instrumentador	109197	EDINAR ALVES DOS SANTOS	967567			
7	Circulante	109192	SÂNDRA MARIA DE SOUSA	100006			

Procedimento: 30717108 - Fraturas E/Ou Luxações E/Ou Avulsões - Tratamento Cirúrgico

Função	Descrição	Código	Participante	CRM	Observação	Quantidade: 1	Assinatura
2	Cirurgião Principal	160230	Danilo da Silva Leite	4827	 Dr. Danilo da Silva Leite Ortopedia e Traumatologia Cirurgia do Joelho PI: 4827 TEOT: 15045	 Dr. Benedito Veras B. Júnior Ortopedia Cirurgia do Joelho CRM - PI 4565 TEOT: 14658	
3	Primeiro Auxiliar	6153	Benedito Veras Batista Júnior	4565			
5	Anestesista	1788	Luiz Mamede Domes de Castro	3183			
6	Instrumentador	109197	EDINAR ALVES DOS SANTOS	967567			
7	Circulante	109192	SÂNDRA MARIA DE SOUSA	100006			

Diagnóstico Pré-Operatório

Resumo Cirurgia

Diagnóstico Pós-Operatório

Exame Radiológico

Exame Anatomopatológico

Achados operatórios

Cirurgia

FRATURA DE CLAVÍCULA

PACIENTE EM POSIÇÃO CADEIRA DE PRAIA  
 ASSEPSIA + ANTISSEPSIA  
 APOSIÇÃO DE CAMPOS ESTÉREIS  
 INCISÃO SOBRE CLAVÍCULA ESQUERDA  
 DIVULSÃO POR PLANOS ANATÔMICOS  
 VISUALIZADA FRATURA DE 1/3 MÉDIO DE CLAVÍCULA  
 OSTEOTOMIA PARA ADEQUAÇÃO DOS FRAGMENTOS E REDUÇÃO  
 REDUÇÃO CRUENTA + FIXAÇÃO PROVISÓRIA COM FIO DE K COM  
 AUXÍLIO DE ESCOPIA

Impresso em: 22/02/2018 17:23:00

Página 1

DANILOL

CATE435



## CONSUMO DE MATERIAL EM SALA CIRÚRGICA

Paciente	FRANCISCA JARDYANY DA COSTA	Dt. Entrada	21/02/2018
Data Nascto	02/01/1988	Setor	Centro Cirúrgico 01 - PMA
Idade	30 anos	Cir Realizada	Pseudartroses E/Ou Osteotomias Da Cintura
Sexo	Feminino	Cirurgião	Danilo da Silva Leite
Convênio	MEDPLAN	Anestesista	
Cód usuário	28290700	Início cirurgia	22/02/2018 16:05:00
Atendimento	1400661	Fim cirurgia	22/02/2018 17:19:11
Prontuário	429598	Cirurgia	27711

### Participantes

Função	Participante	Código prof
Anestesista	Luiz Mamede Dames de	3183
Anestesista	Luiz Mamede Dames de	3183
Circulante	SANDRA MARIA DE SOUSA	100006
Circulante	SANDRA MARIA DE SOUSA	100006
Cirurgião Principal	Danilo da Silva Leite	4827
Cirurgião Principal	Danilo da Silva Leite	4827
Instrumentador	EDINAR ALVES DOS	967567
Instrumentador	EDINAR ALVES DOS	967567
Primeiro Auxiliar	Benedito Veras Batista Júnior	4565
Primeiro Auxiliar	Benedito Veras Batista Júnior	4565

### Equipamentos

Equipamento	Quantidade	Profissional	Observação
Bisturi Elétrico - PMA	1	EDINAR ALVES DOS SANTOS COSTA	
Monitor cardíaco - PMA	1		
Oxigênio - PMA	1		
Perfurador Elétrico - PMA	1		

### Evolução

Data evolução	Liberação	Função	Tipo evolução	Especialidade	Usuário	Código prof
22/02/2018 16:05	22/02 16:48	Técnico de			EDINAR ALVES DOS	COREN 967567
ADMITIDO NA SO, CONSCIENTE, ORIENTADO, FASICA, DEAMBULANDO PARA TTT CIRURGICO DE FRATURA DE CLAVICULA COM DR DANILO, NEGA ALERGIA A FARMACOS, DM, HAS, EM HV, SEM EXAMES, REALIZADO ANEST. SEDAÇÃO+B. PLEXO PELO ANEST. DR MAMEDE, REALIZADO DEGERMAÇÃO, INICIO DO PROCEDIMENTO, SEGUE SOB CUIDADOS MEDICOS E DE ENFERMAGEM.						
22/02/2018 17:30	22/02 17:32	Técnico de			SANDRA MARIA DE	COREN 100006
TERMINO DO PROCEDIMENTO SEM INTECORRENCIAS, ENCAMINHADO A SRPA SOB EFEITO DE SEDAÇÃO+B. PLECO, EM HV, CURATIVO LIMPO E SECO, SSVV ESTAVEIS, SOLICITAÇÃO DE RX E PRONTUARIO EM ANEXO, SEGUE SOB CUIDADOS DE ENFERMAGEM.						

### Eventos

Início	Evento	Profissional	Código prof
16:00	Chegada do paciente no (Centro Cirúrgico)	EDINAR ALVES DOS	967567
16:05	Entrada do paciente na sala cirúrgica	EDINAR ALVES DOS	967567
16:10	Início da Anestesia	EDINAR ALVES DOS	967567
16:15	Início do procedimento cirúrgico	EDINAR ALVES DOS	967567
17:19	Fim do procedimento cirúrgico	SANDRA MARIA DE SOUSA	100006
17:25	Término da anestesia	SANDRA MARIA DE SOUSA	100006
17:30	Encaminhamento p/ SRPA	SANDRA MARIA DE SOUSA	100006

### Procedimentos/Serviços

Procedimento	Médico	Porte	Qt d	Classificação	Lado
Fraturas E/Ou Luxações E/Ou Avulsões - Tratamento Cirúrgico			1		
Pseudartroses E/Ou Osteotomias Da Cintura Escapular - Tratamento Cirúrgico			1		

SANDRA MARIA DE SOUSA  
Circulante

**STIMPLEX A**  
Agulha para anestesia de plexo  
Fabricado por: B. Braun Melsungen AG, Alemanha  
Distribuído por: B. Braun Melsungen AG, Alemanha

Impresso em 22/02/2018 17:32:26

Página: 1/1

CATE165





# Prescrição Centro Cirúrgico

Paciente: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Data Nas: 02/01/1988 30 Anos

Sexo: F

Telefone: 998209406

Procedimento Principal: Pseudartroses E/Ou Osteotomias Da Cintura Escapular -

Médico Cirurgião: Danilo da Silva Leite

Médico Anestesiista:

Atendimento: 1.400.661

Prontuario: 429598

Convênio: MEDPLAN

Dir. Prevista: 22/02/2018 17:02

Data Real: 22/02/2018 16:02

Duração: 60

Cirurgião: 27711

Medicamentos

Medicamento	Unidade	Quantidade
Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL	amp	2
Água Destilada Estéril Frasco C/ 500 mL	Fr	1
Bextra Inj. Fa (40mg)	FA	1
Cefazolina 1g Inj.	FA	2
Clonidina Inj Ap (150 mcg/mL-1mL)	amp	1
Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/mL - 2ml)	amp	1
Dexametasona 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)	FA	1
Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/mL-2 mL)	amp	2
Fentanila 50 mcg/mL Inj. Ap - 10 mL	ml	10
Midazolam 5 mg/mL Inj. Ap-3 mL	amp	1
Neocaína 0,5% C/V INJ (FA 1:200.000-20ML)	ml	20
Neocaína S/V 0,5% INJ (FA 1:200.000-20ML)	ml	20
Ondansetrona Inj. Ap (4mg - 2 mL)	amp	1
Ringer C/ Lactato Frasco (500 ml)	Fr	1
Seloken Inj Ap (5mg-5ml)	amp	1
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)	Fr	2
Xylestesin 2% C/V INJ (FR 20MG-20ML)	ml	20
Xylestesin 2% S/V INJ (FR 20MG-20ML)	ml	20

Materiais

Materiais	Unidade	Quantidade
Aguilha Stimuplex A50 G-22x2	un	1
Aguilha 13x4,5 Desc.	un	1
Aguilha 30x7 Desc.	un	1
Aguilha 40x12 Desc.	un	1
Campo Operatório Estéril 25x28cm Pré-Lavado c/5	un	20
Eletrodo Descartável	un	5
Eletrodo Descartável	un	1
Equipo Padrão (Eupfix p/ Soro Gotas Filtro)	un	1
Gaze Estéril 7,5x7,5 13 Fios C/ 10 Unds	pct	5
Lâmina Bisturi N:24 Feather	un	1
Luva Cirúrgica Estéril 6,5	Par	1
Luva Cirúrgica Estéril 7,0	Par	3
Luva Cirúrgica Estéril 7,5	Par	3
Monocryl 3-0 Y936 H	env	1
SERINGA S/AG.03ML	un	1
SERINGA S/AG.05ML	un	2
SERINGA S/AG.10ML	un	1
SERINGA S/AG.20ML	un	3
Sonda Nasal Tipo Óculos	un	1
Torneirinha 3 vias descartável	un	1

Impresso em: 22/02/2018 19:31:51

Página 1


RMARQUES

CATE50





## Prescrição Centro Cirúrgico

Paciente	FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS	Atendimento	1.400.661	
Data Nasc	02/01/1988 30 Anos	Prontuario	429598	
Sexo	F	Conteúdo	MEDPLAN	
Telefone	998209406	Out-Previsão	22/02/2018 17:02	
Procedimento Principal	Pseudartroses E/Ou Osteotomias Da Cintura Escapular -	Data Real	22/02/2018 16:02	
Médico Cirurgião	Danilo da Silva Leite	Idade Real	60	
Médico Anestesiologista		Cirurgião P	27711	

22 de Fevereiro de 2018

Assinatura Circulante

Médico Anestesiologista



## Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

**Diretor Técnico Médico:**

Paciente	FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS
Data Nascto	02/01/1988
Idade	30 anos
Sexo	Feminino
Convênio	MEDPLAN
Cód usuário	28290700
Atendimento	1400661
Prontuário	429598

<b>Data Entrada:</b>	21/02/2018
<b>Setor:</b>	Posto Pássaros - PMA - 3º andar
<b>Cirurgia Realizada:</b>	Pseudartroses E/Ou Osteotomias Da Cintura
<b>Cirurgião:</b>	Danilo da Silva Leite
<b>Anestesiista:</b>	Lulz Mamede Demeas de Castro
<b>Tipo anestesia:</b>	Bloqueio
<b>Início cirurgia:</b>	22/02/2018
<b>Fim cirurgia:</b>	22/02/2018

**Agentes anestésicos / Terapia Hidroeletrolítica / Medicamentos**

Apresentação comercial	Veículo - Medida	Flanasp - Dose total	Unidade	Preço
Dormonid 5 mg/mL 3mL	Dormonid 5 mg/mL Inj. Ap-3mL	1 Ampola	S	16:09
Xylestesin 2% C/V INJ (FR 20MG-20ML)	não usar - Xylestesin 2% C/V INJ (FR 20	1 Frasco-	S	16:10
Ketamin 50 mg/mL-10 mL	Ketamin 50 mg/mL Inj. Fr-ap-10 mL	1 Frasco-	S	16:10
Lidocaina 2% S/V Inj. (FR 20 MG-20 ML)	não usar - Lidocaina 2% S/V Inj. (FR 20	2 Mililitros	S	16:10
	20 Mililitros		S	16:11
	20 Mililitros		S	16:11
Neocaína 0,5% C/V INJ (FA 1: 200.000-20M	Neocaína 0,5% C/V INJ (FA 1: 200.000-20M	20 Mililitros	S	16:10
Neocaína S/V 0,5% INJ (FA 1: 200.000-20M	Neocaína S/V 0,5% INJ (FA 1: 200.000-20M	20 Mililitros	S	16:10
Oxigênio	CILINDRO DE OXIGÊNIO WHITE MED	2 Litros por minuto	N	16:10 a 17:30
SF 0,9% 500 ML	Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500	1 Bolsa	S	16:09
Bextra 40 Mg Inj.	Bextra Inj. Fa (40mg)	1 Frasco-	S	16:09
Bromoprida 5mg/ml Inj. Ampola C/ 2ml	Bromoprida Inj. Ap (5mg/ml - 2ml)	1 Ampola	S	16:14
Cefazolina 1g Inj.	Cefazolina 1g Inj.	2 Frasco-	S	16:10
Clonidina Inj Ap (150 mcg/mL-1mL)	Clonidina Inj Ap (150 mcg/mL-1mL)	1 Ampola	S	16:14
Cloridrato De Ranitidina 25mg/ml Inj. Am	Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml	1 Ampola	S	16:14
Decadron 4mg/ml Inj. Frasco-ampola C/ 2,	Decadron 4mg/ml Inj. (FA 2,5 ml)	1 Frasco-	S	16:20
Dipirona Sódica 500 mg/mL Inj. Ap-2 mL	Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	2 Ampola	S	17:10
LOCALIZAR "Medicamento"	Seloken Inj Ap (5mg-5ml)	1 Ampola	S	16:23
Ondansetrona 4mg-Inj. Ampola C/ 2 mL	Ondansetrona Inj. Ap (4mg - 2 mL)	1 Ampola	S	16:10
Fentanila 50 mcg/mL Inj. Ap - 10 ml	Fentanila 50 mcg/mL Inj. Ap - 10 mL	1 Mililitros	S	16:09

## Sinais Vitais e Monitorização

	Ritmo	FC bpm	PA mmHg	PAD mmHg	PAAV mmHg	PA mmHg	SABP mmHg	SAPD %	TPV8 mmHg	PAE mmHg	MASO mmHg	HO mmHg	DO bpm
17:24	Sinusal	85	100	68	78			98					
17:03	Sinusal	85	100	68	78			98					
16:39	Sinusal	100	130	75	93			98					
16:15	Sinusal	120	170	86	115			98					

### Resumo de insumos utilizados

Apresentação comercial	Dose total	Qtd. consumo	Dispensado
não usar - Xylestesin 2% C/V INJ (FR 20	1 FA	1 FA	0
Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL	90 ml	9 amp	0
Bextra Inj. Fa (40mg)	1 FA	1 FA	0
Bromoprida Inj. Ap (5mg/ml - 2ml)	1 amp	1 amp	0
Cefazolina 1g Inj.	2 FA	2 FA	0
Clonidina Inj Ap (150 mcg/mL-1mL)	1 amp	1 amp	0
Cloreto De Sódio 0,9% Inj. Ampola C/ 10	20 ml	2 amp	0
Cloridrato de Ranitidina Inj. Ap (25mg/ml	1 amp	1 amp	0
Decadron 4mg/ml Inj. (FA 2,5ml)	1 FA	1 FA	0
Diolirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL)	2 amp	2 amp	0

Impresso em 22/02/2018 19:52:19

**Dr. Luiz Mamede Dernes de Castro (CRM 3183)**

Página 1

Setor: Centro Cirúrgico 01 - PMA

Paciente: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

WATE61440  
CANAR





## Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

## Diretor Técnico Médico:

Dormonid 5 mg/mL Inj. Ap-3mL	1 amp	1 amp	0
Fentanila 50 mcg/mL Inj. Ap - 10 mL	1 ml	1 ml	0
Ketamin 50 mg/mL Inj. Fr-ap-10 mL	1 FA	1 FA	0
não usar - Lidocaína 2% S/V Inj. (FR 20)	22 ml	22 ml	0
Neocaína 0,5% C/V INJ (FA 1:200.000-20M	20 ml	20 ml	0
Neocaína S/V 0,5% INJ (FA 1:200.000-20M	20 ml	20 ml	0
Ondansetrona Inj. Ap (4mg - 2 mL)	1 amp	1 amp	0
Seloken Inj Ap (5mg-5ml)	1 amp	1 amp	0
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500	0 ml	0 Fr	0
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500	1 Bs	1 Fr	0

## Materiais

Apresentação comercial	Prescrito	Dispensado
Agulha 40x12 Desc.	1	0

Impresso em 22/02/2018 19:52:19

Página 2

Paciente: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Dr. Luiz Mamede Deme de Castro (CRM 3183) - Anestesiologia / Clínica da Dor

CRM - 3183

WATE61440

CANÁR

Setor: Centro Cirúrgico 01 - PMA

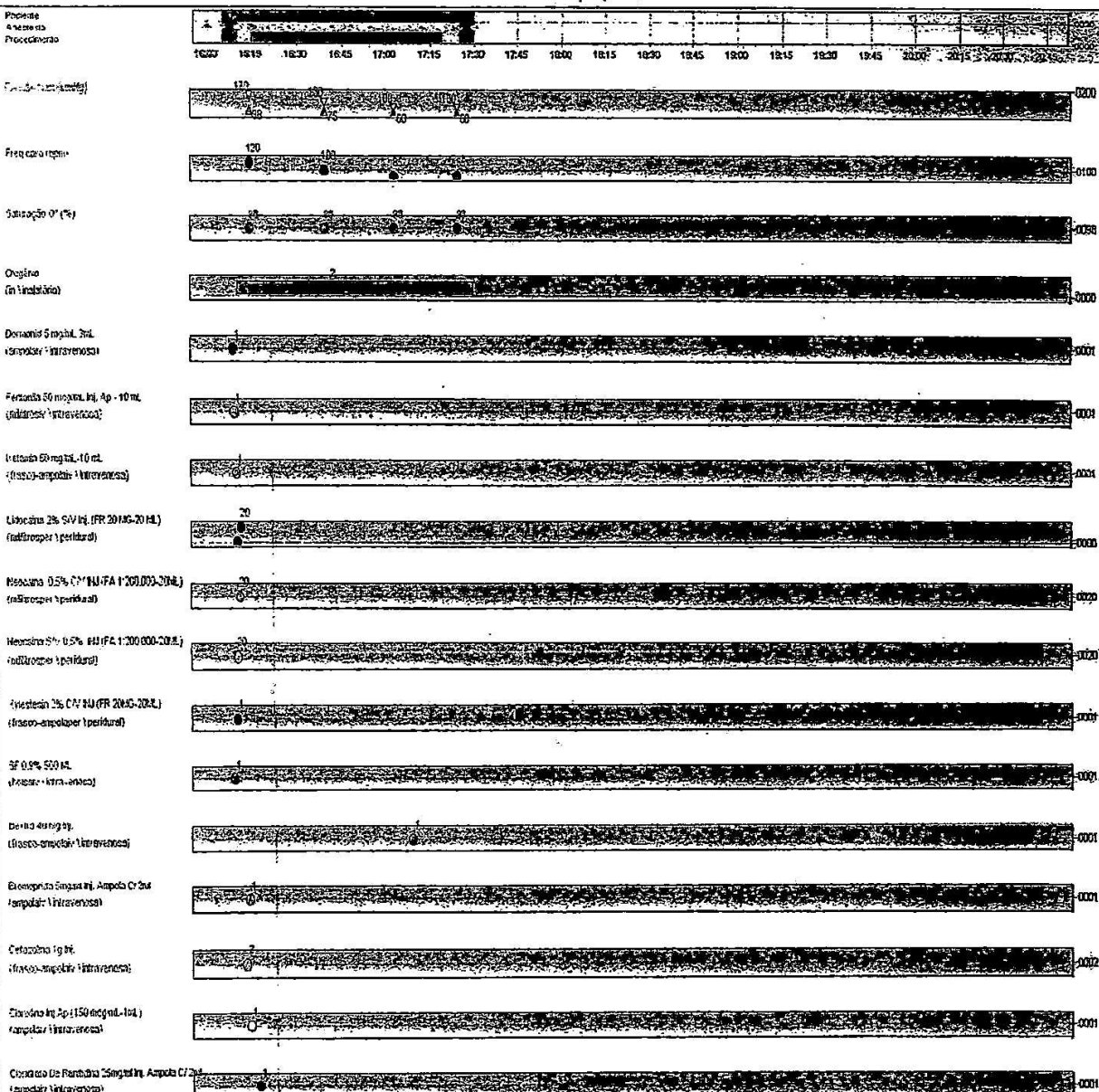






1. 2. 3. 4.

Paciente	FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS	Dt. Entrada	21/02/2018
Data Nascto	02/01/1988	Setor	Posto Passaros - PMA - 3° andar
Idade	30 anos	Cir. Realizada	Pseudartroses E/Ou Osteotomias Da Cintura
Sexo	Feminino	Cirurgião	Daniilo da Silva Leite
Convênio	MEDPLAN	Anestesista	Luiz Mamede Demes de Castro
Cód usuário	28290700	Tipo anest	Bloqueto
Atendimento	1400661	Início cirurgia	22/02/2018 16:05:00
Prontuário	429598	Fim cirurgia	22/02/2018 17:19:11



Luiz Mamede D. de Castro  
83) Fisiologia / Clínica da Dor

831 Anestesiologia / Clínica da Dor

CRM - 3183

## CANÁ



## Gráficos do Prontuário Eletrônico Peroperatório - PEPO

Diretor Técnico Médico:

Decedon Angistilol Frasco-ampola C/ 2,5ml  
(frasco-ampola / Intravenosa)



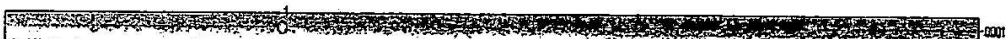
Epitona Sódica 500 mg/ml, inj. Ap-2 ml  
(ampola / Intravenosa)



LOCALIZAP "Medicamento"  
(ampola / Intravenosa)



Ordansetrona 4mg inj. Ampola C/2 ml  
(ampola / Intravenosa)



Impresso em 22/02/2018 19:52:22

Dr. Luiz Mamede Deme de Castro (CRM 3183) *Luiz Mamede D. de Castro*

Página 2

Anestesiologia / Clínica da DOWATE66608

FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Centro Cirúrgico 01 - PMA

CRM - 3183

CANÁ





prontomed

## SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS-ANESTÉSICA

PRONTOMED ADULTO

FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Data Nasc: 02/01/1988

Dr(a) DANILO DA SILVA LEITE

Data Entrada: 21/02/2019

Prontuario: 429598

Atendimento: 1400661

MEDPLAN

NOME:	Francisca Jardyany da Costa Rios			APTO.	madagascara
CIRURGIA:	Fratura de clavícula	ANESTESIA	sob o efeito	INÍCIO	16:05
				TÉRMINO	


ADMISSÃO:	HORA:	VIAS AÉREAS	GASES	ALERGIA
Paciente admitido no SRPA no Pol de Fratura de Clavícula sob efeito de Anestesia Sedação + pleto. Oxi- gênio administrado, monitorizado SPO2, PA e ACP funcionando sob cuidados de Adm.		Catéter [ ] Intubado [ ] Máscara [ ] [ ]	O2 /min Ligado Desligado	

H O R A R I O	SINAIS VITAIS						BALANÇO			
	PA	P	F.R.	T.	SpO2	DIURESE	GANHOS (G)		PERDAS (P)	
							SOROS	SANGUE	DIURESE	
		100		37	99					
							SOMA			
							BALANÇO (G-P) =			

VISÃO GERAL DO PACIENTE									
ACESSO VENOSO	Periférico	<input checked="" type="checkbox"/>	Flebotomia	[ ]	DRENOS	Tórax D	[ ]	Dreno a Vácuo	[ ]
	Subclávia	[ ]		[ ]		Tórax E	[ ]	Abdominal	[ ]
							[ ]		[ ]
SNG	[ ]	Sonda Vesical	[ ]	F.O. - Sangramentos: SIM	[ ]	NÃO	[ ]		
Gastrostomia	[ ]	Cistostomia	[ ]	MONITORIZAÇÃO					
Traqueostomia	[ ]		[ ]	Monitor Cardíaco	<input checked="" type="checkbox"/>	P.A.M.	[ ]		
				Oxímetro	<input checked="" type="checkbox"/>		[ ]		
				Capnógrafo	<input checked="" type="checkbox"/>		[ ]		
				P.L.C.	[ ]		[ ]		
Peça (s) Cirúrgica (s): Sim [ ] NÃO [ ]									
Nº de Peças									

ÍNDICE DE ALDRETE-KROULIK							
ITEM		NOTA	ADM	40'	1H	2H	ALTA
Atividade	Move 04 membros	2	2	2	2	2	2
	Move 02 membros	1					
	Move 0 membros	0					
Respiração	Profunda	2	2	2	2	2	2
	Limitada, dispnéia	1					
	Apnéia	0					
Consciência	Completamente acordado	2	2	2	2	2	2
	Despertado ao chamado	1					
	Não responde ao chamado	0					
Circulação	PA ± 20% do nível pré-anestésico	2	2	2	2	2	2
	PA ± 20 a 49% do nível pré-anestésico	1					
	PA ± 50% do nível pré-anestésico	0					
SpO2	Mantém SpO2 > 92% em ar ambiente	2	2	2	2	2	2
	Mantém SpO2 > 90% em O2	1					
	Mantém SpO2 > 90% em O2	0					
SOMA			10	10	10	10	10









**Relatório Consolidado de ENFERMAGEM**

22/02/18 - 23/02/18

1406661

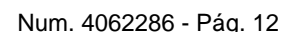
<div>  <p><b>Franciscana JARDYANY DA COSTA RIOS</b></p> <p>02/04/1988 30 Anos  Feminino</p> <p>RUA FIDELIA, 5898 VILA SAO FRANCISCO NORTE TERESINA PI</p> <p>MEDPLAN</p> <p>Posto Iteus - PMA - 5º andar</p> <p> Residência</p> </div>	<div>  <p>1400661</p> <p>43668</p> <p>21/02/2018 21:07</p> <p>23/02/2018 10:30</p> <p>MADAGASCA</p> </div>
<p>22/02/2018 8460 842.0 Frst da clausura</p>	<p>Definitivo Danilo da Silva Leite - 4627</p>
<p><b>Medicamentos Administrados</b></p>	
<p>Soro Fiscológico 0,9% Ecoliac 23/02/18 09:12:08 1 IV</p> <p>Tilail Inj. FA (20 mg) 22/02/18 23:10:59 1 IV</p> <p>Tilail Inj. FA (20 mg) 23/02/18 10:58:05 1 IV</p> <p>Omeprazol Cpr (20 mg) 23/02/18 08:12:02 1 VO</p> <p>KEFAZOL 10 INJ. 23/02/18 08:11:57 2 IV</p> <p>KEFAZOL 10 INJ. 23/02/18 10:07:52 2 IV</p>	<p>MARIA DE JESUS DOS</p> <p>MARIA DE JESUS DOS</p> <p>GIRLENE DA SILVA COSTA</p> <p>MARIA DE JESUS DOS</p> <p>MARIA DE JESUS DOS</p> <p>GIRLENE DA SILVA COSTA</p>
<p><b>Itens suspensos</b></p>	
<p>Diota oral</p>	<p>Danilo da Silva Leite 23/02/2018 10:30:22</p> <p>JORDANA LENIZE COSTA DA SILVA</p>
<p><b>Medicamento</b></p>	
<p>Diploina Gálica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL) 23/02/2018 10:30:22</p> <p>Kefazol 1g Inj. 23/02/2018 10:30:22</p> <p>Yefazol 1g Inj. 23/02/2018 10:30:22</p> <p>Kefazol 1g Inj. 23/02/2018 10:30:22</p> <p>Pisali Inj. Ap (5mg/ml - 2ml) 23/02/2018 10:30:22</p> <p>Soro Fiscológico 0,9% Ecoliac Frac (500 mg) 23/02/2018 10:30:22</p> <p>Soro Fiscológico 0,9% Ecoliac Frac (500 mg) 23/02/2018 10:30:22</p> <p>Tromel 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL 23/02/2018 10:30:22</p>	<p>JORDANA LENIZE COSTA DA SILVA</p> <p>GIRLENE DA SILVA COSTA</p> <p>JORDANA LENIZE COSTA DA SILVA</p> <p>MARIA DE JESUS DOS SANTOS</p> <p>JORDANA LENIZE COSTA DA SILVA</p> <p>JORDANA LENIZE COSTA DA SILVA</p> <p>MARIA DE JESUS DOS SANTOS</p> <p>JORDANA LENIZE COSTA DA SILVA</p>

Impressão em: 23/02/2018 14:56:43

Página 2

LUOMILLED

CATE151





**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



1400661

Paciente: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS  
Nascimento: 02/01/1988 30a 1m 19d Pesp.  
Data Entrada: 21/02/2018 21:07:56  
Médico Resp: Dr. Danilo da Silva Leite (CRM 4827)  
Prescritor: Danilo da Silva Leite (CRM 4827)  
Setor: Sala de Espera - PMA  
CID: S42.0 Frat da clavícula  
Diretor Técnico Médico:  
Atendimento: 1.400.661  
Convênio: MEDPLAN / APARTAMENTO  
Liberação: 21/02/2018 22:53:24  
Data Presc: 21/02/2018 22:51:00  
Validade: 21/02/2018 23:00:00 / 22/02/2018 14:59:59  
Leito/Quarto: ESPERA 09

Dietas: LIVRE  
Dose: Intervalo:  
JELUM MESA - NOITE. LIBERAR DIETA LIQUIDA NO CAFE (SEM LEITE)

Medicamentos: 1 Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml) 1 Frasco 12/12 h (06-18) IV 19/06

Administrar 500 Mililitros (12/12 h (06-18) Intravenosa)

Observação:

9 Plasii Inj. Ap (5mg/ml - 2ml) 1 Ampola ACM IV

Separar 2 Mililitros do medicamento em 8 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Administrar 10 Mililitros (ACM Intravenosa)

Observação:

12 Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL) 1 Ampola ACM IV

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Administrar 12 Mililitros (ACM Intravenosa)

Observação:

Tilatil Inj. FA (20 mg) 1 Frasco-ampola 12/12 h (10-22) IV 10

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Administrar 12 Mililitros (12/12 h (10-22) Intravenosa)

Observação:

Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL 1 Ampola ACM IV

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Administrar 100 Mililitros (ACM Intravenosa)

Observação:

13 Omeprazol Cp (20 mg) 1 Cápsula Antes Cafe 6h - Manhã VO 19/06

Observação:

Dr. Danilo da Silva Leite  
CRM 4827

Dr. Danilo da Silva Leite  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Joelho  
CRM - PL 4827 TEOT: 15045



**Relatório Consolidado de ENFERMAGEM**  
21/02/18 - 22/02/18

**prontomed** 1400651

FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS  
02/01/1988 39 Anos 8063 Feminino  
RUA FIDELIA, 5698 VILA SAO FRANCISCO NORTE TERESINA PI  
MEDPLAN  
Posto Iltas - PMA - 5º andar Residência

1400061  
429598  
21/02/2018 21:07  
23/02/2018 10:30  
MADAGASCA

22/02/2018 00:07 0 17 80 120 / 80 35.4 88 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA -  
22/02/2018 06:29 6 17 74 120 / 70 35.5 87 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA -

21/02/2018 23:46 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
CLIENTE VEIO DO DEPTO INTENSIVO PARA TRATAMENTO CIRURGICO, DIETA ZERO APOS CAFE DA MANHA, NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA, NO MOMENTO QUEIXANDO FORTE DOR.

22/02/2018 00:06 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
Administrado medicamento: Dipirona Sódica Inj. Ap (500mg/ml-2 mL) | Dose: 1 amp | Via: IV | Da prescrição: 1161640 | TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA | 22/02/2018 00:17:00 |

22/02/2018 00:08 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
Administrado medicamento: Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL | Dose: 1 amp | Via: IV | Da prescrição: 1161640 | TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA | 22/02/2018 00:17:00 |

22/02/2018 00:09 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
Administrado medicamento: Soro Fisiológico 0.9% Ecoflac Fres (500 ml) | Dose: 1 Fr | Via: IV | Da prescrição: 1161640 | TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA | 22/02/2018 06:00:00 |

22/02/2018 00:11 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
Administrado medicamento: Omeprazol Cp (20 mg) | Dose: 1 cap | Via: VO | Da prescrição: 1161640 | TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA | 22/02/2018 06:00:00 |

22/02/2018 00:12 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
Administrado medicamento: Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL | Dose: 1 amp | Via: IV | Da prescrição: 1161640 | TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA | 22/02/2018 07:03:00 |

22/02/2018 07:15 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
QUEIXANDO FORTE DOR ADMINISTRADO MEDICAÇÃO PRESCRITA. AGUARDA CIRURGIA.

22/02/2018 07:20 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
Segue em repouso no leito no PRE OPERATORIO DE FRATURA DA CLAVICULA, consciente, orientado, fásico sem alteração no momento HV funcionante. Em dieta zero aguardando CC.

22/02/2018 06:57 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
Administrado medicamento: Tilatil Inj. FA (20 mg) | Dose: 1 FA | Via: IV | Da prescrição: 1161640 | LAIS MARIA RODRIGUES FROTA | 22/02/2018 10:00:00 |

22/02/2018 09:40 TANIA MARIA MARQUES DE SOUSA  
PACIENTE EM CAMINHADA PARA CC ACOMPANHADA POR FAMILIARES + PRONTUARIO MEDICO. EST. TEC. ENF. FRANCILENE.

21/02/2018 8420 8420 S42.0 Frat da clavícula Preliminar Danilo da Silva Leite - 4627

**Medicamentos Administrados**

Medicamento	Data/Hora	Dose	Via	ACM	SN	Examinado	Comentário
Omeprazol Cp (20 mg)	22/02/18 06:32:51	1 VO				TANIA MARIA MARQUES DE	
Soro Fisiológico 0.9% Ecoflac	22/02/18 06:32:58	1 IV				TANIA MARIA MARQUES DE	
Dipirona Sódica Inj. Ap	22/02/18 00:06:06	1 IV		ACM	SN	TANIA MARIA MARQUES DE	
Tilatil Inj. FA (20 mg)	22/02/18 09:57:50	1 IV				LAIS MARIA RODRIGUES	
Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	22/02/18 07:01:32	1 IV		ACM	SN	TANIA MARIA MARQUES DE	
Tramal 100 mg/2 mL Inj Ap-2 mL	22/02/18 00:06:16	1 IV		ACM	SN	TANIA MARIA MARQUES DE	

Impressão em: 23/02/2018 14:54:34  
Desktop: Servidor: Página: 1 LUDRILLEID GATE161



**PRONTOMED ADULTO**  
**Prescrição Eletrônica Paciente**



Paciente	FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS		Atendimento	1.400.661	Prontuário	1400661
Nascimento	02/01/1988	30a 1m 20d	Convênio	MEDPLAN / APARTAMENTO		429.598
Data Entrada	21/02/2018 21:07:56		Liberção	22/02/2018 15:32:13	Prescrição	1164325
Médico Resp	Dr. Danilo da Silva Leite (CRM 4827)		Data Prescr.	22/02/2018 15:28:00		
Prescritor	Danilo da Silva Leite (CRM 4827)		Validade	22/02/2018 16:00:00 / 23/02/2018 14:59:59		
Setor	Posto Pássaros - PMA - 3º andar		Leito/Quarto	CANARIO <i>madagascari</i>		
CID	S42.0 Frac da clavícula					
Director Técnico Médico:						

Dietas	Dose	Intervalo
LIVRE		

**Medicamentos**

	Dose / Intervalo / Via	Horários	D
Soro Fisiológico 0,9% Ecoflac Frsc (500 ml)	1 Frasco 12/12 h (06-18) IV	18:06	

Administrar 500 Mililitros (12/12 h (06-18) Intravenosa)

Observação:

KEFAZOL 1G INJ.	2 Frasco-ampola 3x ao dia IV	16:00 08 1º
-----------------	------------------------------	-------------

Reconstituir cada Frasco-ampola em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Observação:

S Plasii Inj Ap (5mg/ml - 2ml)	1 Ampola ACM IV	ACM
--------------------------------	-----------------	-----

Separar 2 Mililitros do medicamento em 8 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Observação:

12 Diproina Sódica Inj Ap (500mg/ml-2 mL)	1 Ampola ACM IV	ACM
---	-----------------	-----

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Observação:

Tilair Inj FA (20 mg)	1 Frasco-ampola 12/12 h (10-22) IV	10
-----------------------	------------------------------------	----

Separar 2 Mililitros do medicamento em 10 Mililitros de Água Destilada Estéril Ampola C/ 10 mL

Observação:

Tramal 100 mg/3 mL Inj Ap-2 mL	1 Ampola ACM IV	ACM
--------------------------------	-----------------	-----

Separar 1 Ampola do medicamento em 100 Mililitros de Soro Fisiológico 0,9% Miniflac Frsc (100 ml)

Observação:

3 Omeprazol Cp (20 mg)	1 Cápsula Antes Cafe 6h - Manhã VO	08:00
------------------------	------------------------------------	-------

Observação:

**Procedimentos/Serviços/Exames**

RX Clavícula	Qtd / Intervalo	Horários	Material
	1 Vez	16	

*Dr. Danilo da Silva Leite*  
CRM 4827

**Dr. Danilo da Silva Leite**  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Joelho  
CRM - PI: 4827 REOT: 1504

Assinado em: 22/02/2018 15:32:27

Página 1

DANILOL

CATE144





**PRONTOMED ADULTO**  
**Sumário de alta/Transferência**

Paciente	FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS	Aterdimento	1.400.661	Prontuário	429.598
Data Nasc.	02/01/1988 30 Anos	Dt. Entrada	21/02/2018 21:07:56		
Sexo	Feminino	Convênio	MEDPLAN		
Setor	Posto Ilhas - PMA - 5º andar	Apartamentos	MADAGASCAR		

Data Alta	23/02/2018 09:54:59	Data Liberação	23/02/2018 09:55:04
Profissional	DANILO DA SILVA LEITE	Tipo Sumário	Alta
Motivo Alta	Alta melhorado		
Setor			
Responsável Alta	DANILO DA SILVA LEITE		
Necrópsia			
Causa da Morte			

Dr. Danilo da Silva Leite  
Ortopedia e Traumatologia  
Cirurgia do Joelho  
CRM - PI: 48277/EOT: 15045





Rio de Janeiro, 03 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Nº Sinistro: 3180285438

Vítima: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Data do Acidente: 21/02/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: MARCIA VITAL DE LIMA

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180285438**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13038921

Pag. 00435/00436 - carta\_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 17 de Julho de 2018

Carta nº: 13104168

A/C: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Nº Sinistro: 3180285438  
Vitima: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS  
Data do Acidente: 21/02/2018  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: MARCIA VITAL DE LIMA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: FRANCISCA JARDYANY DA COSTA RIOS

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000000855

Conta: 00000107960-4

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos ombros 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =	R\$	1.687,50
---	-----	----------

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00423/00424 - carta\_15R - INVALIDEZ



00030212

